

A SOCIOLOGIA WEBERIANA: ELEMENTOS PARA UMA POSSÍVEL APROXIMAÇÃO COM O O SERVIÇO SOCIAL

Ariovaldo de Oliveira Santos¹

Mail: arioliveira2001@yahoo.com.br

Prof. Do Depto de Ciências Sociais

Universidade Estadual de Londrina

Texto recebido em / Text submitted on: 12/09/2016

Texto aprovado em / Text approved on: 04/11/2016

Abstract : Abstract: The article that follows is to present some dimensions of the thought of the sociologist Max Weber from the recovery of some of these key concepts . It is here an work turned to the directions of the establishment above a discussions on the possibility of using Weber to think the question of bureaucratic practices in Social Service once this profession have a character whose intervention with public bodies private is even more obvious . The article have, however, theoretical character where the construction of a reflection that give especially attention about conceptual field sometimes said but nothing analyzed to the main currents of thought in the Social Service .

Resumé: L'article que suit a pour but presenter quelques dimensions de la pensée du sociologue Max Weber parmi la recuperation de quelques uns de ces principaux concepts. Il s'agit, ici, d'un effort tourné vers la directions de l'établissement d'une discussion sur la possibilité de l'utilisation de Weber pour penser la question de pratiques bureaucratiques dans le Service Social une fois qu'il s'agit d'une professeion dont le caractere d'intervention auprès des organes publiques e privés est d'autant plus evidente. L'article est, pourtant, de caractere theorique d'où la construction d'une reflexion qui poursuit, surtout, la reprise d'un champ conceptuel parfois mencione mais presque rien analysé pour les principaux courants de pensée dans le Service Social.

Keywords: Weber's sociology, Comprehensive Sociology, Domination; Social Service, Rationality

Mot clés: Sociologie weberiene, Sociologie comprehensive, Domination; Service Social, Rationalité.

Palavras chave: Sociologia weberiana, Sociologia comprensiva, Dominação, Serviço Social, Racionalidade.

¹ - Doutor em Sociologie et Sciences Sociales pela Université Paris I e atualmente Doutorando no programa de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina. Artigo apresentado à disciplina de Fundamentos Metodológicos ministrado pela Prof^a Dr^a Sandra Lourenço, do programa de Doutorado em Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina – Pr..

Reconhecido como pensador fundamental para o desenvolvimento da sociologia clássica, a elaboração teórica de Max Weber se alinha como uma das mais intrincadas em seus elementos constitutivos. Desta forma, escapa à pretensão do esforço aqui apresentado registrar uma leitura detalhada da reflexão weberiana e sim resgatar alguns elementos de seu corpo teórico, buscando responder a uma questão bem precisa: é possível um encontro de Weber com o Serviço Social? E, em caso positivo, a partir de quais elementos? Responder a estas questões ou, então, tentar respondê-las, implica, antes de tudo, resgatar alguns elementos teóricos desta matriz de pensamento chamada pelo próprio Weber por “sociologia compreensiva”.

Observe-se de início que, metodologicamente “falando, a sociologia weberiana é radicalmente subjetivista. À diferença de Marx ou de Durkheim, Weber não parte das macroestruturas sociais, mas das ‘operações constitutivas’ do sujeito”². No caso dos dois últimos, assinala, por exemplo, Hirschhorn:

É na precisa linha de um positivismo metodológico que se situa Durkheim. Ele precisa mostrar na sequência de Comte que a sociologia é irreduzível à biologia, à psicologia, que ela tem um objeto específico, que o social constitui uma ordem da realidade. Esta especificidade se assinala pela exterioridade e a coerção. Sem reduzir o social a seus signos, Durkheim nele vê a condição de possibilidade de uma investigação científica que deve ser do mesmo tipo que aquela das ciências da natureza. Os fatos sociais são fatos naturais, eles têm propriedade empiricamente identificáveis e são regidos por leis. A primeira regra frequentemente mal compreendida ‘considerar os fatos sociais como coisas’ exprime somente esta exigência: a sociologia deve se comportar a respeito de seu objeto da mesma maneira que um especialista das ciências da natureza. (...) Para Max Weber, o problema se coloca em termos totalmente distintos. Ele retoma a sua iniciativa a distinção entre as ciências da cultura e as ciências da natureza, que a escola durheimiana ignora.(...) O método generalizante não exclui o recurso ao método do individualismo e reciprocamente.(...) Nada mais estranho a Weber que o enunciado dogmático de um método. Nele, este termo evoca o plural, que reflete a multiplicação das técnicas de conhecimento. A validade de um método não deveria ser afirmada fora de um contexto particular, e é aos resultados obtidos que ela será julgada (HIRSCHHORN,1988, p. 45).

Comparativamente, em ambos “se exprime uma mesma adesão à essência da ciência”. Contudo, entre ambos existem, também, oposições radicais. Efetivamente,

² - VANDERBERGHE, Frédéric, 2. Les fondements épistémologiques de la sociologie compréhensive. In: Une histoire critique de la sociologie allemande (Aliénation et réification). Tome I: Marx, Simmel, Weber, Lukács. Paris, Éditions La Découverte/M.A.U.S.S, 1997, p. 170.

Max Weber e Durkheim não privilegiam as mesmas interrogações. O primeiro coloca no centro de sua reflexão a questão do sentido, quer seja aquele que o ator social dá à sua atividade ou aquele que determina o ângulo sob o qual o pesquisador aborda a realidade social. O segundo, quanto a ele, elimina esta dimensão em nome de uma metodologia positivista, e acredita construir a objetividade eliminando toda a subjetividade, aquela do ator ou aquela do sociólogo. A distinção que ele opera entre julgamento de fato e julgamento de valor o conduz a tratar o valor como um fato e a crer inocentemente que ele se coloca assim ao abrigo de todo desvio ideológico do conhecimento científico. Em Max Weber, ao contrário, o reconhecimento do sentido não contraria o ideal do conhecimento científico. A relação aos valores exprime simplesmente a presença da avaliação na pesquisa ou mais precisamente em suas pressuposições (HIRSCHHORN, 1988, p. 45).

No que concerne especificamente a Weber, nele domina a preocupação de construir os mecanismos conceituais adequados para a aplicação de uma “sociologia empírica”, isto é, capaz de investigar situações concretas e particulares. Neste sentido, não está procurando fornecer explicações universais e sim erigir a sociologia como “uma ciência que pretender entender, interpretando-a, a ação social para, desta maneira, explicá-la causalmente em seu desenvolvimento e efeitos”(WEBER, 1984, p. 5). Assim, enquanto na perspectiva analítica de Marx grande importância é atribuída às classes, e em Durkheim, à consciência coletiva, a tarefa a que Weber se propõe tem como ponto de partida as ações dos indivíduos. É a partir do indivíduo que se estrutura a possibilidade de pensar a ação e, mais especificamente a ação social.

Para Weber, a ação é aquele momento da “conduta humana” na qual “o sujeito ou os sujeitos da ação” atrelam a ela “um sentido subjetivo”, isto é, uma intencionalidade (WEBER, 1984, p. 5). Esta ação assume a dimensão de social a partir do momento em que “o sentido pensado por seu sujeito ou sujeitos”, isto é, a intencionalidade colocada na ação, “está referido à conduta de *outros*, orientando-se por esta em seu desenvolvimento” (WEBER, 1984, p. 5). Por outras palavras, espera-se que, ao agir, o indivíduo que pratica a ação o faça sabendo que ela será compreendida por outros que nela encontram-se envolvidos, o mesmo valendo no sentido contrário. É a possibilidade de serem construídos significados mútuos envolvendo quem pratica a ação e quem nela está envolvida que a eleva enquanto possibilidade de ser ação social.

Esta forma de pensar aproxima a sociologia compreensiva weberiana, com seu caráter “subjetivista”, da “tradição alemã das ciências do espírito. Esta tradição

[...] coloca em primeiro plano as atividades significativas dos indivíduos e a objetivação das significações subjetivas no mundo do espírito objetivo. [É] esta insistência sobre a autonomia individual e sobre o caráter significativo da ação que funda o privilégio que a sociologia compreensiva acorda ao indivíduo” (VANDENBERGHE, 1997, p. 171).

A ação social é portadora de sentido, entendido por Weber como “o sentido pensado e subjetivo dos sujeitos da ação”, quer seja ele “existente de fato [...] em um caso historicamente dado” ou “como média e de um modo aproximado, em uma determinada massa de casos”, quer seja “como construído em um *tipo ideal* com atores deste caráter. Entretanto, em nenhuma das situações “se trata de um sentido ‘objetivamente justo’ ou de um sentido ‘verdadeiro’” (WEBER, 1984, p. 6). Isto é, o esforço de investigação não garante, necessariamente, que o conhecimento adquirido seja preciso e isento de limites.

De modo bem geral, à parte elementos que distanciam Weber de Marx e Durkheim, os pressupostos iniciais de Weber se alinham, por outra parte, à preocupação dos autores clássicos citados na medida em que também reconhece que o conhecimento do objeto investigado só é possível de ser apreendido mediante a investigação atenta, para a qual contribui, decisivamente, o papel do sociólogo como cientista que busca compreender o sentido das ações sociais, às quais não estão dadas a conhecer de imediato. Ações cuja base são os indivíduos, que nelas colocam sentidos, ainda que não somente estas devam ser o objeto de atenção da sociologia. Para Weber, há mesmo uma grande maleabilidade entre uma ação dotada de sentido e uma que não o seja de tal modo que os “limites entre uma ação com sentido e um modo de conduta simplesmente reativo [...] não unido a um sentido subjetivamente pensado, são inteiramente elásticos” (WEBER, 1984, p. 6)³.

Reforçando a linha a ser seguida por suas investigações o próprio Weber destaca, em carta que escreveu a Robert Liefman: “Se eu finalmente tornei-me

³ “Em razão de que somente as pessoas particulares constituem os agentes compreensíveis de uma ação autônoma orientada significativamente, a sociologia compreensiva considera ‘o indivíduo isolado e sua ação’ como ‘a unidade de base, como seu átomo’”(Parce que seules les personnes particulières constituent lês agents compréhensibles d’une action autonome orientée significativement, la sociologie compréhensive considere “l’individu isole et son action” comme “l’unité de base, comme son atome”) . VANDENBERGHE, F., op. cit., p. 171.

sociólogo [...] é essencialmente com a finalidade de colocar um ponto final a estes exercícios a base de conceitos coletivos cujos espectros rondam sempre. Em outros termos, a sociologia, ela também, somente pode tratar às ações de um, de alguns, ou de numerosos indivíduos separados. É porque ela deve adotar métodos estreitamente individualistas” (VANDENBERGHE, 1997, p. 172).

Do que se trata, pois, não é da construção de verdades absolutas, mas de estabelecer a “interpretação” do objeto, tornando-o evidente, isto é, compreensível, a partir do sentido que a ação humana lhe fornece. Como observa Weber, o “compreensível é, pois, a sua referência à ação humana, seja como meio, seja como fim imaginado pelo agente ou pelos agentes que orientaram a sua ação” (WEBER, 1995, p. 402). Há, assim, uma determinada teleologia da ação, uma finalidade na ação, na qual meios e fins se completam para caracterizar uma ação dotada de sentido.

Para Weber, toda “interpretação”, assim “como toda ciência em geral, tendendo à evidência da compreensão, pode ser de caráter racional [...] ou de caráter empático” sendo que, no “domínio da ação é racionalmente evidente, sobretudo, o que, referente à ‘conexão de sentido’, se compreende intelectualmente de uma maneira exaustiva e transparente. Racionalmente compreensível no sentido de ser “captável intelectualmente no seu sentido de um modo imediato e unívoco” (WEBER, 1995, p. 401).

Em grande parte, a atenção de Weber está direcionada à compreensão das ações de tipo racional, pois a “construção de uma ação rigorosamente racional com relação a fins serve nestes casos para a sociologia – por causa de sua evidente inteligibilidade e do seu caráter de racionalidade e de univocidade – como tipo (‘tipo ideal’) mediante o qual é possível compreender a ação real que é influenciada por irracionalidades de todo tipo e de toda espécie (afetos, sentimentos) como um desvio do desenvolvimento esperado de uma ação racional” (WEBER, 1995, p. 402).

Contudo, ainda que dando prioridade às ações que classifica como racionais, Weber integra ao seu leque de reflexão o reconhecimento de que importantes para a investigação são, também, aquelas que poderiam ser identificadas como irracionais (WEBER, 1995, p. 401). Daí Weber poder afirmar que o “método

científico que consiste na construção de tipos investiga e expõe todas as conexões de sentido irracionais e afetivas sentimentalmente condicionadas do comportamento que tem influência sobre a ação como ‘desvios’ de um desenvolvimento desta mesma ação que foi construída como sendo puramente racional com relação a fins” (WEBER, 1995, p. 402).

O “compreensível” vincula-se diretamente à “ação humana, seja como ‘meio’ seja como ‘fim’ imaginado pelo agente ou pelos agentes que orientaram a sua ação. Somente mediante estas categorias pode haver uma compreensão destes objetos” (WEBER, 1995, p. 402). Conseqüentemente, “ficam sem sentido todos os processos ou estados humanos [...] nos quais não se sugere um sentido, e, portanto, não se enquadram numa relação entre ‘meio’ e ‘fim’, apresentando-se somente como fenômenos que são um estímulo ou um obstáculo” (WEBER, 1995, p. 403).

Buscar o sentido da ação é explicar, isto é, encontrar a “conexão de sentido em que está incluída uma ação”, sem desconsiderar que todo conhecimento é uma interpretação possível na “evidência” que fornece. Como diz Weber: “Toda interpretação pretende demonstrar uma evidência. Mas nenhuma interpretação de sentido, por mais evidente que seja, pode pretender, por causa deste seu mérito, ser também a interpretação causal válida. Em si, ela nada mais é do que uma hipótese causal particularmente evidente” (WEBER, 1995, p. 404).

Ainda que longa, é útil, aqui, reproduzir o conjunto de ideias desenvolvidas por Weber a respeito deste problema metodológico fundamental para a construção de sua reflexão. Dotadas de sentido, as ações sociais portam um certo grau de teleologia, isto é, contém “motivos” visualizados por quem a pratica e por aqueles nela envolvidas, entendendo-se por isto, segundo Weber,

a conexão de sentido que, para o agente e para o observador, se apresenta como o ‘fundamento’ com sentido do seu comportamento. Dissemos que um comportamento que se desenvolve como um todo coerente é ‘adequado com referência ao seu sentido’ na medida em que podemos afirmar que a relação entre os seus elementos é uma ‘conexão de sentido’ típica (ou, como costumamos dizer, ‘mais correta’) no que diz respeito aos hábitos mentais e afetivos médios. Falamos, pelo contrário, que uma sucessão de fatos é ‘causalmente adequada’ na medida em que, segundo regras da experiência existe a seguinte possibilidade e probabilidade: que ela sempre se dê efetivamente de maneira idêntica. Adequada conforme o seu sentido é, por exemplo, a solução correta de um problema aritmético conforme as normas habituais do pensamento e do cálculo matemático. Causalmente adequada - no âmbito do procedimento estatístico - é a probabilidade real e realmente existente de acordo com as regras comprovadas da experiência de uma solução

‘correta’ ou ‘falsa’ - a partir do ponto de vista das nossas normas habituais - e portanto, também de um ‘erro de cálculo’ típico ou de uma confusão de problemas também típica). A explicação causal, portanto, significa a seguinte afirmação: que, de acordo com uma determinada regra de probabilidade - qualquer que seja o modo de calcular, que somente em casos raros e ideais pode ser demonstrado como sendo correto conforme os dados empíricos - a um determinado processo (interno ou externo) efetivamente observado, segue-se um outro processo determinado (ou surge juntamente com ele).[...] Uma interpretação causal correta de uma ação concreta significa que o desenvolvimento externo e o respectivo motivo foram conhecidos na sua conexão significativa. Uma interpretação causal correta de uma ação típica (tipo de ação compreensível) significa que o suceder considerado típico se apresenta como adequado no que se refere ao sentido (num determinado grau) e também pode ser comprovado empiricamente como causalmente adequado (num determinado grau). Se falta a adequação de sentido, nós simplesmente nos encontramos em face de uma probabilidade estatística que não é suscetível de compreensão (ou, apenas compreensível de maneira incompleta). Por outro lado, a mais evidente adequação de sentido só pode ser considerada como sendo uma proposição causal correta para o conhecimento sociológico, na medida em que se prova a existência de uma probabilidade (determinável de uma certa maneira) de que a ação concreta tomará de fato, com determinada frequência ou determinada aproximação (numa "média" concernente ao caso puro) a forma que foi considerada adequada com relação ao sentido. Somente aquelas regularidades estatísticas de um sentido pensado ‘compreensível’ de uma ação são tipos de ação suscetíveis à compreensão [...] que podem ser observadas na realidade pelo menos de maneira aproximativa (WEBER, 1995, p. 406).

O rigor de análise é parte constitutiva da investigação científica sem contudo garantir a esta qualquer pretensão de exatidão dos resultados obtidos, na medida em que, não existindo ou raramente existindo em estado puro, o desenvolvimento da ação de uma forma típica sempre se apresenta como probabilidade. Assim:

Podemos observar ou pretender captar (em princípio, pelo menos) [...] a partir das observações empíricas e, a partir daí, formular ‘regras’ ou elaborar ‘regularidades’ (leis) com referência a estes comportamentos e ‘explicá-los’ causalmente ou explicar causalmente processo individuais com a sua ajuda. A interpretação da ação, entretanto, somente leva em consideração tais fatos e tais leis na mesma maneira como o faz referente a outros fatos e regularidades (WEBER, 1995, p. 407).

Contrariamente ao que ocorre com Marx e Durkheim, Weber denega a existência das personalidades coletivas exercendo uma atividade para reconhecer que apenas os indivíduos são efetivamente reais. As estruturas sociais como o Estado, o Capitalismo, etc, existem, mas estas devem, em última instância, serem reduzidas sempre às ações estabelecidas pelos indivíduos, das quais estas estruturas são o resultado. Para ele

pode ser conveniente ou até inevitável tratar e abordar com bastante precisão determinadas formações sociais (‘Estado’, ‘cooperativas’, ‘sociedades de ações’, ‘fundações’) como se fossem indivíduos [...] Para a interpretação compreensiva

da sociologia, pelo contrário, estas formações não são outras coisas que desenvolvimentos e entrelaçamentos de ações específicas de pessoas individuais, já que somente estas podem ser sujeitos de uma ação que se orienta num sentido (WEBER, 1995, p. 408) ⁴.

Assim, a posição adotada por Weber não consiste em negar ou abandonar no esquecimento as estruturas referenciais. É um fato, diz, que “a sociologia não pode ignorar, mesmo em função de seus próprios fins, aquelas ideias coletivas que não são instrumentos para outras maneiras de observar a realidade” (WEBER, 1995, p. 408). Entretanto, para

a sociologia não existe uma personalidade coletiva em ação. Quando usa os termos ‘Estado’, ‘Nação’, ‘Sociedade anônima’, ‘Família’, ‘Corpo Militar’ ou de quaisquer formações sociais semelhantes, ela se refere unicamente ao desenvolvimento, numa determinada forma, da ação social, ou de uma forma de ação social construída como sendo ‘possível’ de indivíduos singulares, introduzindo, portanto, no conceito jurídico que ela usa por causa dos seus méritos de precisão, um sentido totalmente diferente (WEBER, 1995, p. 408).

Considerar as estruturas, ainda que atribuindo a elas um lugar específico diante das ações individuais, resulta do reconhecimento, por Weber, de que enquanto

representações mentais que orientam a atividade individual, as estruturas coletivas podem ter e têm efetivamente uma influência causal bastante considerável sobre a natureza do desenvolvimento da ação individual, mas estando dado que esta eficácia causal é sempre mediatizada pela consciência, ela é sempre indireta. Imputar uma eficácia causal direta às estruturas meso – ou macrosociais, para Weber, isto conduz a reificar os conceitos e a cair no engano do “falso realismo conceitual”. Para evitar o “paralogismo do concreto deslocado”, é necessário sempre reduzir as estruturas sociais à ação individual. As estruturas sociais não existem; somente os indivíduos são reais (VANDENBERGHE, 1997, p. 172).

Conforme observado no início deste artigo, a sociologia weberiana está preocupada com objetividade científica. Porém, mesmo o conhecimento mais rigoroso extraído de um objeto de investigação só pode ser aceito enquanto mediatizado por certas probabilidades de sua ocorrência ou não. O mesmo é válido para as ações que se desenvolvem com referência a estruturas macrosociais como o Estado. Deste modo, as ações induzidas pelas estruturas sociais são amplamente

⁴ - Sobre a relação de Weber com as estruturas, comenta Vanderberghe: “Elas não podem em nenhum caso ser substantificadas ou hipostasiadas em estruturas reais que determinam diretamente a ação individual. Para Weber, as estruturas sociais não existem no espaço e no tempo, elas existem somente enquanto estruturas mentais. Como ele diz muito bem, elas nada mais são do que “uma representação que flutua sobre a cabeça dos homens reais” (“Elles ne peuvent en aucun cas être substantifiées ou hypostasiées en structures réelles qui déterminent directement l’action individuelle. Pour Weber, les structures sociales n’existent pas dans le temps e dans l’espace, elles n’existent qu’en tant que structures mentales. Comme il le dit si bien, elles ne constituent qu’”une représentation qui flotte dans la tête des hommes réels””. VANDERBERGHE, F., op. cit., p. 172).

previsíveis mas permanecem, em toda situação, no campo da ordem do provável. Acreditar que elas atuarão no sentido de impor, sem desvios, certos tipos de ação, equivale a reificá-las, pois, recorde-se ainda uma vez, “as estruturas sociais nada mais são do que uma agregação de atividades individuais e podem ser compreendidas somente caso se encontre por detrás de sua estrutura “coisificada” e “personificada” as atividades que lhes deram origem” (VANDENBERGHE, 1997, p. 172).⁵

Na medida em que os indivíduos ou grupos de indivíduos colocam sentido em suas ações, um terreno a ser incorporado pelo investigador é o das representações construídas neste processo. Além disto, sendo verdadeiro que “a sociologia pode ‘compreender’ o comportamento dos indivíduos que participam neste todo (WEBER, 1995, p. 409), a

interpretação da ação deve levar em consideração o importante e fundamental fato de que aqueles conceitos usados tanto pela linguagem comum e cotidiana como pelo linguajar dos juristas (e também de outros profissionais) são representações de algo que, em parte, existe e, em parte, se apresenta como um ‘dever ser’ na mente dos homens concretos (não somente na dos juízes, dos burocratas, mas também do público em geral, nas quais a ação concreta se orienta realmente; e, também, deve levar em consideração que essas representações, em si, possuem uma significação causal poderosa e importante no desenvolvimento do comportamento concreto humano” (WEBER, 1995, p. 408).

Por mais detalhista que seja o investigador, o conhecimento que ele pode extrair do objeto é basicamente “hipotético e fragmentário” no que concerne aos resultados obtidos pela interpretação” (WEBER:1995:409). Os procedimentos de pesquisa adotados, por outro lado, não se submetem a ideologias. Como reconhece Weber:

Também uma economia socialista deveria ser compreendida pela interpretação, sociologicamente falando, ‘de maneira individualista’, isto é, a partir da ação dos indivíduos - ou seja, dos tipos de ‘funcionários’ que nela existem - com a mesma maneira ‘individualista’ que caracteriza a compreensão dos fenômenos como troca ou limite da utilidade (ou qualquer outro análogo neste sentido que talvez seja melhor). Pois também naquele caso, a investigação empírico-sociológica começa com esta pergunta: quais são os motivos que determinaram ou determinam os funcionários; e membros desta ‘comunidade’ a comportar-se da maneira que esta comunidade poderia surgir e pode continuar a existir?” (WEBER, 1995, p. 412).

⁵ - “[...] les structures sociales ne sont rien d’autre qu’une agrégation d’activités individuelles et ne peuvent être comprises que si l’on retrouve derrière leur structure “choisifiée” et “personifiée” les activités don’t elles sont issues”. VANDERBERGHE, F., p. 172.

Aproximativos, os conhecimentos obtidos pela investigação escapam desta forma à pretensão do estabelecimento de leis sociais gerais e invariáveis capazes de reger o social, tal como se apresenta no projeto durkheimiano. Em Weber, as leis não se constituem em verdades absolutas e invariáveis sobre os objetos de investigação dos quais se pretende extrair a interpretação. Para ele,

as 'leis', como se costuma chamar muitas proposições da sociologia compreensiva (...) nada mais são do que determinadas probabilidades típicas e confirmadas pela observação, de que determinadas situações efetivamente dadas se dão numa maneira esperada de certas ações sociais que são compreensíveis por seus motivos típicos e pelo sentido típico pensado e imaginado pelos sujeitos da ação. Estes motivos são unívocos e compreensíveis num grau muito elevado quando o motivo subjacente no desenvolvimento típico da ação (o que foi colocado como sendo o fundamento do tipo ideal construído metodologicamente) é puramente racional em relação aos fins e, portanto, a relação entre meio e fim, de acordo com a experiência, é unívoca (isto significa: os meios são 'inevitáveis'). Neste caso é admissível a afirmação de que quando se age de uma maneira rigorosamente racional, deveria ter agido desta maneira e não de outra maneira (porque, por razões técnicas, os participantes em função dos fins - que são claramente definidos - que somente poderiam estes meios e não outros meios)" (WEBER, 1995, p. 412).

É esta forma de ver as possibilidades de construção do conhecimento que conduz Weber a identificar nos "tipos ideais" um dos recursos metodológicos por excelência de sua construção analítica. A sociologia, diz Weber, "constrói [...] tipos ideais e procura descobrir regras gerais do acontecer" (WEBER:1995:413), mesmo aqueles classificados como irracionais. Assim,

a sociologia procura também apreender, mediante conceitos teóricos e adequados por seu sentido, fenômenos irracionais (místicos, proféticos, pneumáticos e afetivos). Em todos os casos, seja nos racionais ou nos irracionais, a sociologia se afasta da realidade e contribui para o conhecimento desta mesma realidade na medida em que pode colocá-la dentro de uma teoria mediante a indicação do grau de aproximação de um fenômeno histórico a um ou vários destes conceitos"(WEBER, 1995, p. 413)⁶.

O fato de se praticar uma ação ou dela se participar, nas conexões de sentido que se fazem presentes é, para Weber, distinto de afirmar que todos as variantes envolvidas sejam conhecidas. De acordo com sua análise, a

ação real se dá na maioria dos casos com uma obscura semiconsciência ou com plena inconsciência do sentido pensado. O agente talvez o 'sente' ou 'tem um sentimento' de uma maneira indeterminada, que ele o 'sabe' ou tem dele uma clara ideia, mas na maioria dos casos age por instinto ou por costume. Apenas ocasionalmente - e quando se trata de ações de massas, apenas no que tange a

⁶ - "(...) quando a sociologia fala de casos 'típicos', ela, em caso de dúvida, sempre pensa no tipo ideal, o qual pode ser, por sua vez, racional ou irracional, mesmo que na maioria das vezes seja racional (na teoria econômica sempre) e em todos os casos são construídos com adequação referente ao sentido". Id. Ibidem, p. 414.

alguns indivíduos – percebe conscientemente o sentido da ação (seja racional ou irracional. Realmente, uma ação com sentido conscientemente percebido é, na realidade, um caso limite [...]) Mas isto não deve impedir que a sociologia construa os seus conceitos através de uma classificação dos ‘possíveis sentidos imaginados’ e como se a ação real se desse sob a orientação consciente neste sentido. Sempre deve ser levada em consideração a distância que há em relação à realidade quando se trata do conhecimento desta mesma realidade (WEBER, 1995, p. 414-415).

Weber delinea quatro tipos puros e possíveis de ação social. A

“ação racional com relação a fins: determinada por expectativas no comportamento tanto de objetos do mundo exterior como de outros homens, e utilizando essas expectativas como ‘condições’ ou ‘meios’ para o alcance de fins próprios racionalmente avaliados e perseguidos; [...] racional com relação a valores: determinada pela crença consciente no valor – interpretável como ético, estético, religioso ou de qualquer outra forma - próprio e absoluto de uma determinada conduta, considerada de per si e independente de êxito; [...] afetiva, especialmente emotiva, determinada por afetos e estados sentimentais atuais; e [...] tradicional : determinada por um costume arraigado” (WEBER, 1984, p.141).

Enquanto tipos puros, estas formas de ação não existem na realidade, ou raramente existem. Apresentam-se apenas como recurso ao investigador para que este possa compreender como tipicamente uma ação se desenvolveu ou poderia ter se desenrolado. Do mesmo modo que as demais construções sociais, para operacionalizar a compreensão dos tipos de ação, em específico, as identificadas como sociais, anteriormente assinaladas, Weber faz o recurso metodológico ao tipo ideal. Assim, distancia-se de qualquer pretensão de estabelecer uma construção perfeita do objeto de investigação. Ao contrário, objetiva construí-lo a partir dos elementos classificados pelo investigador como essenciais à compreensão da análise particular, empírica, proposta. Conforme observam Ferry e Renaut:

O tipo ideal, com relação ao conjunto dos objetos estudados, não indica, como se sabe, as características médias tal como as registraria simplesmente um relatório estatístico; ele se apresenta, antes, como uma reconstrução inteligível de uma realidade histórica singular, da qual não retém necessariamente todos os aspectos, nem forçosamente os mais frequentes, mas que reúne, segundo uma escolha entre outras, os aspectos essenciais (típicos, neste sentido) suscetíveis de ‘construir um todo inteligível’. Trata-se, pois, de um modelo cuja pertinência se mede, ao mesmo tempo, pela sua congruência (pela inteligibilidade das relações que religam os elementos do todo) e pela maneira que permite, por comparação com as realidades singulares (às quais, por definição, ele não corresponde jamais integralmente), adquirir delas uma compreensão (FERRY: RENAUT, 1988, p. 25).

A compreensão do mundo social, no entanto, é totalmente distinta daquela que integra outros terrenos da ciência, ainda mais no caso da sociologia, cujo processo, para Weber, estava em construção. O sociólogo está imerso em uma determinada cultura, daí os riscos de sua pesquisa ser, desde o início

comprometida intencionalmente ou não. Para escapar a estas ameaças, Weber propõe a adoção, por parte do homem de ciência, senão do abandono das pré-noções, como pretendia Durkheim, pelo menos a adoção de uma postura que se apresentasse como incapaz de interferir nos rumos da análise do objeto. Neste sentido, defendia a “neutralidade axiológica”, dentro da compreensão de que “os juízos de valor devem ser absolutamente excluídos da sociologia” (ADORNO:2007:197). Portanto, busca “construir uma Ciência Social sem pressupostos” (TRAGTEMBERG:1977: 111).

Weber se defronta aqui com uma condição básica de toda a ciência, isto é, a necessidade de se apossar de alguns referenciais sem os quais o início de toda pesquisa se torna inviável. Sabendo dos riscos que comporta para a pesquisa esta situação, busca resolver o dilema estabelecendo uma distinção entre juízo de valor e relação de valor. Para Tragtemberg:

A distinção é que permite a Weber, delimitar a área de pesquisa nas Ciências Sociais. Os valores aparecem como critério de escolha para estabelecer a área da pesquisa e a sua direção: a referência a valor constitui o *significado do processo* que é objeto da Ciência Social. Na sua base, há sempre a premissa de valores variáveis e historicamente condicionados. Para Weber tal premissa é subjetiva, na medida em que representa o ponto de partida extracientífico e não um *resultado* de pesquisa. No campo *interno* dessas premissas de valor, é possível proceder à determinação da relação empiricamente válida, individualizar a relação causal que garante a objetividade da pesquisa (TRAGTEMBERG, 1977, p. 112).

. Apesar disto, considera que o

condicionamento cultural, os valores como premissas, não impedem que a Ciência Social tenha seu próprio critério de explicação. A *relação* entre fatos pode ser determinada a partir da experiência, objetivamente, independente de assumir tal ou qual premissa de valor no âmbito interno da área da pesquisa. A explicação causal pode chegar a resultados de validade universal (TRAGTEMBERG, 1977, p. 112).

Os intentos de Weber são insuficientes para garantir a isenção e a lisura do investigador diante de seu objeto. Tragtemberg observa, por exemplo, que embora Weber assinale para o fato de que a subjetividade do investigador só se coloque no momento da escolha, da seleção dos valores culturalmente significativos que servirão como ponto de partida para a pesquisa, o fato é que

é o contrário que se dá; a relação a valores aparece em todos os momentos sucessivos da pesquisa. Ela estabelece a relação geral pela escolha metodológica que daí deriva, na forma de hipótese explicativa; condiciona o processo de explicação. Se isso se dá, a *escolha com relação a valores incide direta ou indiretamente no resultado da pesquisa* [...] A neutralidade não é suficiente para preservar qualquer pesquisa de juízos de valor. [...] A escolha já

é fruto de uma *referência a valores* que penetra no âmago da própria Ciência (TRAGTEMBERG, 1977, p. 112)⁷.

Dados estes elementos, é possível voltar às perguntas iniciais colocadas por este texto, isto é, da importância possível de Max Weber para o Serviço Social. Em linhas bastante sumárias, apenas como indicação de possibilidades, alinha-se, em primeiro plano, a compreensão típica ideal que Weber estabelece a respeito da burocracia, como fenômeno típico da racionalidade Ocidental e com a qual o Assistente Social encontra a necessidade de lidar cotidianamente no trato de sua prática profissional.

Cumprido observar, no entanto, que a leitura de Weber sobre a burocracia não corresponde à identificação de “papalada” a ser gerenciada, como comumente se identifica tal fenômeno. Para ele, a burocracia nasce do processo de burocratização, isto é, “um dos processos de ‘desmistificação do mundo’, no qual domina a compreensão do autor de que há

el triunfo de la Idea de que con la creciente intelectualización y racionalización todas las condiciones de la vida pueden ser dominadas por el calculo”⁸. Ou, como assinala o próprio Weber: “La administración puramente burocrática es, según todas las experiencias, por su precisión, firmeza, disciplina, rigor y confiabilidad, o sea su calculabilidad y racionalidad, para el dueño como para los miembros de la sociedad, la intensidad y la extensión del desempeño, la aplicabilidad formalmente universal a todas las tareas, por el rendimiento mejorable AL máximo sobre criterios puramente técnicos, en todos esos aspectos: el modo más formalmente racional de ejercer la soberanía (JACOBY, 1972, p. 221-222).

As formas de dominação, analisadas por Weber, podem se constituir, também, em material útil para o assistente social compreender que tipo de prática desenvolve no interior da profissão, bem como os tipos de ação que pratica uma vez que a frieza do cálculo não está totalmente isenta em sua atividade cotidiana. A relação do assistente social com o usuário é tipicamente racional ou marcada também pela tradição, empatia e momentos irracionais ?

São questões possíveis que ficam para discussão e futuras problematizações. Observa-se, por outro lado, a ausência de estudos que, valendo-se de Weber, tentam estabelecer uma aproximação entre o corpo conceitual fornecido

⁷ - Com anterioridade a Tragtemberg é possível encontrar a mesma avaliação a respeito da valorização em Weber em Lucien Goldmann. GOLDMANN, Lucien, Ciências Humanas e Filosofia. S.P., Ed. Difel, 1981. Ver também, FREUND, Julien, Sociologie de Max Weber, Presses Universitaires de France, 1968 (existe uma edição do mesmo livro em português publicada pela Editora Mestre Jou, datada dos anos 1980, que porta o mesmo nome: Sociologia de Max Weber).

por este autor e o serviço social. Um dos poucos exemplos que parece caminhar neste sentido pode ser verificado no estudo de Brandão, centrado, fundamentalmente na relação da burocracia e serviço social, bem como nos esforços em compreender a relação do profissional da assistência social com determinadas ações típicas (BRANDÃO, 2007). Por se tratar, aparentemente, de um raro intento neste sentido, acaba por se constituir em estudo de referência para os profissionais da área

BIBLIOGRAFIA

- ADORNO**, Theodor W., **Introdução à Sociologia**. Editora Unesp., S.P., 2007
- BRANDÃO**, Thiago Bazi, **Burocracia e Serviço Social: uma ameaça ao projeto ético-político da profissão? (mimeo)**, UNB, D.F., 2007.
- FERRY**, Luc e **RENAUT**, Alain. **Pensamento 68**. S.P., Editora Ensaio, 1988.

FREUND, Julien, **Sociologie de Max Weber**, Paris, Presses Universitaires de France, 1968.

GOLDMANN, Lucien, **Ciências Humanas e Filosofia**. S.P., Ed. Difel, 1981.

HIRSCHHORN, Monique, **Max Weber et la sociologie française**, Paris, L'Harmattan, 1988.

JACOBY, Henri, **La burocratización del mundo**. Mexico, Siglo Veinteuno, 1972

NISBET, Robert A., **La tradicion sociologique**, Paris, Quadrige/Presses Universitaires de France, 1984.

TRAGTEMBERG, Maurício, Max Weber. In: **Burocracia e Ideologia**. S.P., Editora Ática, 1977

VANDENBERGUE, Frédéric, **Une histoire critique de la sociologie allemande (Alienation et réification)**. Tome I: Marx, Simmel, Weber, Lukács. Paris, Éditions La Découverte/M.A.U.S.S. 1997.

WEBER, Max, I. Conceptos Sociologicos Fundamentales. In: **Economia y Sociedad**, Fondo de Cultura Económica, México, 1984, séptima reimpréson.

WEBER, Max, Conceitos Sociológicos Fundamentais. IN: **Metodologia das Ciências Sociais 2**, Editora Cortez/Editora Unicamp, S.P., 2º Ed, 1995.

WEBER, Max, Sobre algumas categorias da sociologia compreensiva – 1913. In: **Metodologia das Ciências Sociais 2**. S.P., Editora Cortez/Editora da Unicamp, 1995, 2º edição.

WEBER, Max, Ação social e relação social. IN: **FORACCHI**, Maria Alice e **MARTINS**, José de Souza, **Sociologia e Sociedade**, Livros Técnicos e Científicos Editora Ltda, RJ/SP, 1984.